

REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: POR ONDE COMEÇAR? (APOIO UNIP)

Alunos: Marco Aurélio Tessari e Maria Cristina da Costa e Silva

Orientadora: Profa. Ma. Selma Lúcia Doná

Curso: Direito

Campus: Jundiaí

O trabalho apresenta a necessidade de regulamentação jurídica da inteligência artificial no Brasil, diante do potencial transformador dessa tecnologia na sociedade contemporânea. A meta central é fundamentar um marco regulatório que permita o desenvolvimento tecnológico contínuo e pujante, respeitando e preservando os direitos fundamentais da sociedade, em especial dos grupos historicamente mais vulneráveis. O método utilizado articulou análises de conteúdos técnicos, artigos científicos, entendimentos de especialistas, debates nacionais e internacionais, além da legislação comparada, com as reflexões extraídas do relatório preliminar da pesquisa. Os resultados indicam o vigor dessa tecnologia e sua capacidade de transformar profundamente as estruturas socioeconômicas globais, sendo comparada por muitos aos impactos da Revolução Industrial do século XIX. Além disso, a pesquisa identificou diferenças na percepção e assimilação da inteligência artificial: desenvolvimento tecnológico ultra-acelerado, rápida implantação empresarial em ganhos de produtividade, porém lenta absorção social, o que potencializa riscos para a parcela mais frágil da população, formando um cenário complexo e ainda indefinido de impactos futuros. Percebe-se uma grande concentração de informações em poder de um diminuto grupo de desenvolvedores, o que ressalta preocupações quanto à manipulação de dados e à formação de opiniões tendenciosas. A análise da legislação comparada mostra a adoção de modelos regulatórios divergentes — desde o protecionismo europeu até o incentivo expansionista norte-americano —, todos alvo de críticas por parte considerável dos estudiosos do assunto. Conclui-se, ao final, que a regulamentação jurídica da inteligência artificial no Brasil deve pautar-se pelo

**XXVII Encontro de Iniciação Científica e
Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

equilíbrio entre o incentivo ao desenvolvimento sustentado da tecnologia e as necessárias proteções sociais. Essa regulamentação deve estruturar-se a partir do amplo diálogo com a sociedade civil, do conhecimento científico e da atuação conjunta do Estado, das universidades e dos institutos de pesquisa social na análise contínua dos impactos, de forma a retroalimentar os modelos analíticos e garantir a formulação e o aperfeiçoamento de leis eficazes, seguras e alinhadas com as demandas futuras da sociedade brasileira.